



Comissão de Graduação

EDITAL ATAc nº 02/2018 - 2ª ETAPA - Transferência Externa 2018-2019

FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESTABELECE AS NORMAS PARA A SEGUNDA ETAPA DO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA EXTERNA PARA O CURSO DE DIREITO, COM INGRESSO NO 1º SEMESTRE DE 2019, PARA OS CANDIDATOS CLASSIFICADOS NA PROVA DE PRÉ-SELEÇÃO APLICADA PELA FUVEST.

A Diretora da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Resolução CoG 7486, de 19/3/2018, com o objetivo de preencher 9 (nove) vagas para o 3º Semestre (2º ano) do Curso de Graduação em Direito, torna público aos interessados que estarão abertas as inscrições para a 2ª etapa do processo de Transferência Externa 2018-2019, no prazo e condições abaixo indicados:

1. INSCRIÇÃO.

1.1 Somente poderão se inscrever candidatos que estejam cursando, no momento da inscrição, o **1º ano (em cursos anuais) ou 1º e 2º semestres (em cursos semestrais) do curso de Direito**, em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC, e que tenham sido convocados pela FUVEST após classificação na etapa de pré-seleção.

1.2 Os candidatos convocados pela FUVEST, para a 2ª etapa do Processo de Transferência Externa 2018-2019, deverão comparecer nos dias **25 ou 26 de junho de 2018**, das 10 às 16 horas, ao Serviço de Graduação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, situada na Av. Professor Aymar Baptista Prado, nº 835, CEP 14040-906, *Campus* da USP de Ribeirão Preto, para a entrega dos documentos a seguir relacionados:

a) Ficha de inscrição preenchida e assinada, disponível no site www.direitorp.usp.br (GRADUAÇÃO >> PÚBLICO EXTERNO >> TRANSFERÊNCIA >> EXTERNA);

b) Cópia do RG, acompanhada do original, ou cópia autenticada;

c) Cópia do CPF, acompanhada do original, ou cópia autenticada (caso o número não conste no RG);



Comissão de Graduação

d) Atestado de Matrícula comprovando que o candidato está regularmente matriculado no **1º ano, 1º ou 2º semestre do Curso de Direito**, em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC;

e) Histórico Escolar, emitido pela Instituição de Ensino Superior de origem, com assinatura do responsável pela emissão.

1.2 A inscrição poderá ser realizada por procurador portando o próprio RG original e cópia simples, a procuração do candidato com firma reconhecida e a apresentação de todos os documentos elencados no item **1.2**.

1.3 Os candidatos com matrícula trancada no curso de origem devem apresentar declaração, emitida pela Instituição de Ensino Superior, comprovando essa situação, em substituição ao atestado de matrícula.

2. PROVA.

2.1 A prova da 2ª etapa será aplicada na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto/USP, no dia **10/7/2018**, às **13h00**, na sala **C-21**, e terá a duração de **4 horas**.

2.2 O aluno deverá comparecer ao local de realização da prova com 30 minutos de antecedência, portando documento de identidade original com foto e caneta esferográfica azul ou preta.

2.3 Durante a prova, não será permitida a comunicação entre os candidatos, a consulta a qualquer tipo de material impresso ou eletrônico ou o uso de aparelhos de telecomunicação. Os aparelhos de celular deverão estar desligados.

2.4 Não será permitido o uso de qualquer tipo de relógio ou de outro dispositivo de controle de tempo.

2.5 A prova avaliará os conhecimentos do candidato referentes aos programas das disciplinas constantes no **ANEXO I** deste edital.

2.6 A prova será constituída de 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas, das quais o candidato deverá indicar apenas 1 (uma) como correta, e de 1 (uma) questão dissertativa, que avaliará conhecimentos sobre o tema proposto, capacidade de argumentação, coerência, clareza e uso adequado da Língua Portuguesa pelo candidato.



Comissão de Graduação

2.7 Cada questão objetiva valerá 1 (um) ponto, e a questão dissertativa valerá até 20 (vinte) pontos no total.

3. CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E APROVAÇÃO

3.1 A nota final será calculada pela soma dos pontos obtidos nas questões objetivas e na questão dissertativa.

3.2 Serão desclassificados os candidatos que não obtiverem 50% (cinquenta por cento) acerto nas questões objetivas, e estes não terão a questão dissertativa corrigida.

3.3 Serão considerados como critérios de desempate, para a classificação final dos candidatos:

1º - Ser aluno da Faculdade de Direito - USP (Resolução USP nº 4859/2001);

2º - Maior pontuação nas questões objetivas da prova da 2ª etapa;

3º - Maior pontuação na questão dissertativa da prova da 2ª etapa;

4º - Maior nota obtida na prova da 1ª etapa, realizada em 10/6/2018 pela FUVEST;

5º - Maior idade do candidato.

4. RECURSOS.

4.1 Eventuais recursos deverão ser interpostos, **no período de 14 e 15/8/2018** através do envio de e-mail para svgrad-fdrp@usp.br, com o assunto: "Recurso – Transferência Externa FDRP 2017-2018".

4.2 Eventuais objeções a alguma questão objetiva ou à questão dissertativa deverão ser devidamente fundamentadas.

4.3 Na hipótese de anulação de questão objetiva, será atribuída a todos os candidatos presentes à prova a pontuação referente à questão anulada.



Comissão de Graduação

5. MATRÍCULA.

5.1 Os candidatos convocados para matrícula deverão comparecer pessoalmente no Serviço de Graduação da Faculdade Direito de Ribeirão Preto, nos dias **24 e 25/9/2018**, no horário das 10h às 16h, apresentando os seguintes documentos:

a) Atestado de Matrícula comprovando que o candidato está regularmente matriculado em Instituição de Ensino Superior em Curso de Direito reconhecido pelo MEC com carimbo e assinatura do responsável pela emissão;

Observação: Os candidatos que, no momento da inscrição nesta etapa estiverem com sua matrícula trancada na Instituição de Ensino Superior de origem, devem providenciar a reativação de sua matrícula naquela Instituição de Ensino Superior, para obter o documento exigido no subitem “a”;

b) Histórico Escolar, emitido pela Instituição de Ensino Superior de origem, com assinatura do responsável pela emissão;

c) Ementas (conteúdo programático) das disciplinas já cursadas e nas quais o candidato obteve aprovação na Instituição de Ensino Superior de origem. Estes documentos devem ser originais com carimbo e assinatura do responsável pela emissão;

d) Cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do documento original do RG, CPF, Título de Eleitor, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certificado de Reservista.

e) 1 (uma) foto 3x4.

5.2 A matrícula poderá ser realizada por procurador portando o próprio RG original e cópia simples, a procuração do candidato com firma reconhecida e a apresentação de todos os documentos elencados no item **5.1**.

5.3 A matrícula será efetivada no 3º período do curso da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, independente

3. CRONOGRAMA.

25 e 26/6/2018 - Inscrição para a 2ª etapa;

2/7/2018 - Divulgação das inscrições deferidas e lista de convocados para a prova;



Comissão de Graduação

10/7/2018 - Prova da 2ª etapa, realizada na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto às 13h00.

12/7/2018 - Disponibilização das questões objetivas da prova e gabarito oficial, no site da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto/USP.

13/8/2018 - Divulgação do resultado preliminar, no site da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto/USP.

14 e 15/8/2018 - Período para interposição de recurso.

3/9/2018 - Divulgação do resultado final, após análise dos recursos, e convocação para matrícula.

24 e 25/9/2018 - Matrícula dos aprovados no Processo de Transferência Externa 2018-2019.

1º semestre de 2019: Início das aulas (A data será definida oportunamente pela Pró-Reitoria de Graduação da USP).

7. DISPOSIÇÕES GERAIS.

7.1 As transferências externas para cursos de Graduação da Universidade de São Paulo seguirão as normas previstas na Resolução nº 3745, de 19/10/1990 (Regimento Geral da USP) Seção IV - Das Transferências e Adaptações - Artigos 77, 78 e 79 e na Resolução CoG nº 7486, de 19/3/2018.

7.2 Os pedidos de aproveitamento ou equivalência de disciplinas seguirão as normas previstas nas Resoluções nº 2335, de 16/12/1981, Resolução CoG nº 4844, de 19/06/2001 e Resolução CoG nº 6612, de 13/09/2013.

7.3 Os casos não previstos no presente Edital serão deliberados pela Comissão de Graduação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto/USP.

Ribeirão Preto, 28 de março de 2018.

Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano

Diretora da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto

Universidade de São Paulo



Comissão de Graduação

ANEXO I

PROGRAMA DAS DISCIPLINAS

DIREITO CIVIL - PESSOAS E BENS.

1. Formação histórica do Direito Civil brasileiro. Fase colonial; fase imperial; o período da pré-codificação civil. Codificação. Trabalhos de elaboração do Código Civil brasileiro. Unificação do direito privado. Argumentos contra e a favor. Atividade dos agentes econômicos privados. Histórico da doutrina unificadora. Direito empresarial e a situação atual do direito comercial no Brasil. A situação atual do direito civil; projetos de códigos e microsistemas. O novo Código Civil. Princípios de Direito Privado.
2. Pessoa e personalidade. Conceito filosófico e conceito jurídico de pessoa. Espécies de pessoas no direito em geral. Pessoa, personalidade, capacidade jurídica, capacidade de fato. Legitimidade e ilegitimidade ou impedimento.
3. Pessoa natural. Início da personalidade. Condição jurídica do nascituro. Condição jurídica do embrião humano. Fim da pessoa natural. Morte presumida. Comoriência. Caracterização da morte e possibilidade de transplante.
4. Incapacidade absoluta e incapacidade relativa. Representação e assistência. Casos de incapacidade absoluta. Casos de incapacidade relativa. Atos válidos dos menores de 18 anos. Emancipação. Atos ilícitos.
5. Noção e classificação das pessoas jurídicas. Panorama atual das pessoas jurídicas. Entes não personalizados. Histórico da pessoa jurídica. Teorias sobre a natureza da pessoa jurídica. Elementos constitutivos (intrínsecos) das pessoas jurídicas de direito privado. Pressuposto formal é o registro (fator extrínseco). Autorizações. Sociedades civis e comerciais. Associações. Espécies de associação. Fundações: conceito; instituição; estrutura. Situação atual das fundações. Empresa; conceito. Extinção das pessoas jurídicas de direito privado.
6. Domicílio das pessoas naturais. Espécies. Pluralidade de domicílios. Domicílio das pessoas jurídicas. Natureza jurídica e quadro geral dos direitos de personalidade.
7. O direito geral da personalidade. O direito à vida. O direito ao corpo e às partes do corpo. O direito ao nome, à imagem e outros relativos à identidade e à figura social, inclusive intimidade. O direito à liberdade, à igualdade, direito moral de autor etc.
8. A relação jurídica e o objeto da relação jurídica. Objeto imediato e objeto mediato. Noção de patrimônio. Classificação de bens. Bens considerados em si mesmos. Bens reciprocamente considerados. Bens considerados sob o ponto de vista do titular do domínio. Os bens considerados em si mesmos. Bens móveis e imóveis. Espécies de bens imóveis. Bens simples e compostos. Bens singulares e coletivos (universalidade de fato e de direito). Sub-rogação real. Os bens reciprocamente considerados. Bens principais e bens acessórios. Frutos; produtos; pertenças; acessões; benfeitorias. A regra o acessório segue o principal. Os bens considerados em relação aos sujeitos. Bens no comércio e bens fora do comércio. Bens públicos e bens particulares. Bem de família. Histórico; conceito; espécies. A Lei nº 8.009, de 1990. Direitos registráveis e não registráveis. Registro dos bens imóveis. Registro dos bens móveis.



Comissão de Graduação

9. Tutela dos direitos, prescrição e decadência. Direito subjetivo, pretensão, exigibilidade e ação. A tutela dos direitos. Prescrição e decadência. Prazos de prescrição. Causas que impedem ou suspendem a prescrição. Causas que interrompem a prescrição.

DIREITO PENAL - TEORIA GERAL.

1. A evolução das Escolas Penais: Escola Clássica, Positivismo Naturalista, Positivismo Jurídico, Neokantismo.
2. Finalismo, Pós-Finalismo, Funcionalismo, Sociedade de Risco e Direito Penal Atual.
3. Conceito de Ação. Evolução do Conceito de Ação.
4. Conceito de Tipo. Evolução do Conceito de Tipo. Teoria do Tipo. Tipos Dolosos. Dolo Eventual. Evolução do Conceito de Tipo. Teoria do Tipo. Tipos Dolosos. Dolo Eventual. Crimes Qualificados pelo Resultado.
5. Relação de Casualidade. Teorias. Imputação Objetiva.
6. Tipicidade. Conceito. Tipicidade Formal e Material.
7. Erro sobre os Elementos do Tipo. Teorias. Erro Essencial. Erro Acidental. Erro na Execução.
8. Antijuricidade. Conceito. Causas de Justificação. Erro nas Eximentes Putativas Fáticas.
9. Culpabilidade. Conceito e Evolução. Erro sobre Ilicitude.
10. Tipos Culposos. Conceito. Peculiaridade.
11. Tipos Culposos e Imputação Objetiva.
12. Tipos Omissos. A Relevância da Omissão. Tipos Omissos Próprios. Crimes Comissivos por Omissão.
13. Concurso de Pessoas. Circunstâncias Incomunicáveis.
14. Autoria Mediata.

DIREITO ROMANO.

1. Direito Romano: contexto histórico; conceito; utilidade do seu estudo.
2. Conceito do Direito e suas classificações.
3. Fontes do Direito Romano: classificação e evolução histórica.
4. Sujeitos de direito: pessoa física - capacidade jurídica de gozo: status libertatis, status civitatis, status familiae. Pessoa jurídica.
5. Objetos de direito: conceito e classificações.
6. Ato jurídico: conceito; capacidade de agir; classificação; vícios; conteúdo; representação.
7. Direitos reais: conceito; tipos.
8. Propriedade: conceito; história; limitações; copropriedade.
9. Modos de aquisição da propriedade.



Comissão de Graduação

10. Proteção da propriedade.
11. Posse: conceito; aquisição; meios de proteção.
12. Direitos reais sobre coisa alheia.
13. Obrigações: conceito; partes; objeto; fontes; inadimplemento; mora; obrigações naturais.
14. Contratos: conceito; espécies; quase-contratos.
15. Delitos: conceito; espécies; quase-delitos.
16. Obrigações: garantias; transmissão; extinção.
17. A família romana: conceito; histórico; pátrio poder.
18. Casamento: conceito; requisitos e impedimentos; efeitos; sponsais; dissolução; dote; doações entre cônjuges.
19. Tutela e curatela.
20. Sucessão: conceito; tipos.

DIREITOS HUMANOS.

1. Questões terminológicas: direitos humanos, direitos fundamentais e liberdades públicas.
2. Gerações de direitos fundamentais.
3. Normas de direitos fundamentais e suas espécies.
4. Direitos fundamentais individuais:
 - 4.1. Direito à vida;
 - 4.2. Direitos de liberdade;
 - 4.3. Direito de igualdade;
 - 4.4. Direito de propriedade;
 - 4.5. Direito à segurança e garantias constitucionais.
5. Direitos sociais:
 - 5.1. Direitos sociais em espécie;
 - 5.2. Direitos sociais e direitos dos trabalhadores;
 - 5.3. Direito de greve.
6. Direitos de solidariedade.
7. Restrições a direitos fundamentais: Razoabilidade e proporcionalidade.
8. Remédios constitucionais.
9. Estado de defesa e estado de sítio.
10. A jurisprudência do STF em matéria de direitos fundamentais.
11. Tratados internacionais sobre direitos humanos e a ordem constitucional interna.



Comissão de Graduação

ECONOMIA POLÍTICA.

1. Elementos econômicos (Adam Smith e David Ricardo);
 - A. Bens econômicos;
 - B. Mercado;
 - C. Moeda;
 - D. Lucro.
2. Desenvolvimento econômico e Industrialismo;
 - A. Massificação da produção e a Mais-valia (Mehwert) (Karl Marx);
 - B. Intervenção Estatal na Economia (Alexander Hamilton, Friedrich List e John Maynard Keynes);
 - C. O Capitalismo financeiro e a questão do Consumo (Vilfredo Pareto).
3. Capitalismo Tardio e Globalização;
 - A. Acumulação por despossessão (David Harvey);
 - B. Capitalismo e Democracia no século XXI (Thomas Picketty).

FILOSOFIA DO DIREITO.

1. Objeto, programa e desafios da filosofia do direito.
2. Sentido filosófico da busca pelo fundamento.
3. O nascimento do Ocidente como civilização fundada na ciência (filosofia) e o problema do fundamento do direito.
4. O fundamento do direito em Platão.
5. O fundamento do direito em Aristóteles.
6. Roma e o problema do fundamento do direito.
7. O fundamento do direito em S. Agostinho.
8. O fundamento do direito em S. Tomás.
9. O fundamento do direito em Rousseau.
10. O fundamento do direito em Kant.
11. O fundamento do direito e o positivismo: Kelsen, Hart, Ross.
12. Crise do positivismo e a restauração do problema do fundamento.
13. Excurso: tópicos de filosofia do direito luso-brasileira: o problema do fundamento do direito em Miguel Reale e em A. Castanheira Neves.

FILOSOFIA GERAL: ÉTICA.

1. Gênese grega da Filosofia. Caracteres distintivos da Filosofia-Ciência como novo pensamento crítico-problemático.
2. A primeira geração: os pré-socráticos e o problema da justiça



Comissão de Graduação

3. A sofística e o problema da justiça
4. Sócrates e o problema da justiça
5. Platão e o problema da justiça
6. A Ética a Nicômaco. O fim da vida, ou “viver para quê?”
7. A Ética a Nicômaco. Realização humana como telos da existência.
8. A Ética a Nicômaco. O desejo e o desafio de autoconstrução humana.
9. A Ética a Nicômaco. A justiça.
10. A Ética a Nicômaco. As paixões e o desafio de autoconstrução humana.
11. A Ética a Nicômaco. A inteligência e o desafio de autoconstrução humana.
12. Os desafios éticos contemporâneos à luz das categorias éticas aristotélicas.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO.

1. O conceito de direito
 - 1.1. Direito e moral
 - 1.2. Direito e política
 - 1.3. Direito e justiça
 - 1.4. Direito e Estado
 - 1.5. Direito e Autoridade
 - 1.6. Direito e Força
 - 1.7. Direito e Poder
2. O direito na história
 - 2.1. A jurisprudência antiga
 - 2.2. O direito medieval: dogmática e ordenação racional
 - 2.3. Estado moderno e posituação do direito
 - 2.4. A racionalidade da dogmática jurídica e do direito na atualidade
 - 2.5. Direitos humanos: origens e compreensão atual
 - 2.6. Famílias do pensamento jurídico: common law e civil law
3. Modelos teóricos de ciência do direito
 - 3.1. Direito Natural
 - 3.2. Positivismo Jurídico
 - 3.3. Realismo Jurídico
4. Ciência do direito e Teoria da Norma
 - 4.1. Norma e relações jurídicas
 - 4.2. Tipos de normas jurídicas



Comissão de Graduação

- 4.3. Normas primárias e secundárias
- 4.4. Princípios, regras e políticas
- 5. Sistema jurídico e suas dicotomias.
 - 5.1. Direito público e direito privado
 - 5.2. Direito coletivo e direito social
 - 5.3. Direito objetivo e direito subjetivo
- 6. Instituições de direito
 - 6.1. Sujeito de direito, pessoa física e pessoa jurídica
 - 6.2. Capacidade e competência
 - 6.3. Dever e responsabilidade
 - 6.4. Ato jurídico, fato jurídico e relação jurídica
 - 6.5. Negócio jurídico
 - 6.6. Ilícito e sanção

SOCIOLOGIA GERAL.

I. Fundamentos da Sociologia Geral.

- 1. Conceito e natureza da Sociologia.
- 2. Terminologia elementar da Sociologia.
- 3. Surgimento e evolução histórica.
- 4. Relações inter e multidisciplinares.
- 5. Perspectiva da Sociologia, pertinência, aplicações e importância.

II. A compreensão do método sociológico mediante abordagens específicas.

- 1. A Teoria do Fato Social: Émile Durkheim e a tradição sociológica.
- 2. Racionalização e compreensão em Max Weber.
- 3. Karl Marx e a crítica do capitalismo moderno e contemporâneo.
- 4. Funcionalismo.
- 5. Construção e desconstrução do conceito de sociedade civil (Gramsci x habermasiano) e as suas implicações.
- 6. O entendimento da esfera pública em Habermas.
- 7. O conceito de comunidade como um noção socialmente relevante (Tönnies, Nisbet, Buber).
- 8. A evolução da cidadania (Marshall, sua crítica e o estágio atual do debate).
- 9. O Estado, a sociedade e a emancipação em Boaventura Souza Santos.
- 10. A sociologia como crítica da racionalidade social.

III. A tradição sociológica no Brasil.

- 1. A leitura do Brasil por Gilberto Freire e Oliveira Vianna.



Comissão de Graduação

2. Sérgio Buarque de Holanda e a tradição sociológica brasileira.
3. Teoria da Estratificação Social segundo Otavio Ianni.
4. A relevância do pensamento de Florestan Fernandes.
- IV. Estado, Poder e os fenômenos da internacionalização/ globalização na chamada Pós-Modernidade.
 1. Poder, sociedade e política.
 - 1.1. Controle social e instituições.
 2. O Estado e o Direito na transição “pós-moderna”.
 3. O fenômeno da internacionalização/ globalização e a sociedade de risco: novas mudanças paradigmáticas?
 4. Violência e Ordem Democrática.
 5. A resistência, cooperação e a solidariedade.
- V. Algumas iniciativas e métodos promissores no âmbito social.

TEORIA DO DIREITO.

Parte I.

1. O Direito.
 - 1.1. Origem, conceito e finalidade.
 2. O Direito, a Ética e a Moral.
 - 2.1. O agir correto: utilitarismo, kantismo e relativismo.
 - 2.2. Relações entre o Direito e a Moral.
 3. O Direito Natural.
 - 3.1. Jusnaturalismo antigo e contemporâneo.
 - 3.2. A Justiça Natural.
 4. A origem dos códigos.
 - 4.1. A escola da exegese francesa e o Código de Napoleão.
 - 4.2. A jurisprudência dos conceitos alemã.
 - 4.3. A herança do legalismo do século XIX na cultura jurídica brasileira
 5. O positivismo jurídico.
 - 5.1. A Teoria Pura do Direito de Hans Kelsen.
 - 5.2. O Conceito de Direito de H. L. A. Hart.
 - 5.3. O que é e o que não é o positivismo jurídico.
 6. Teorias moralistas do Direito.
 - 6.1. O Direito como integridade de Ronald Dworkin.
 - 6.2. A teoria do Direito de Robert Alexy.



Comissão de Graduação

6.3. Os princípios e o neoconstitucionalismo brasileiro.

Parte II.

1. Direito e interpretação.

1.1. Há uma resposta correta?

2. Direito e ideologia.

2.1. O pré-conceito na aplicação do direito.

2.2. A aplicação do direito como ato de vontade.

3. Direito e poder.

3.1. Direito como ato de força ou de justiça?

4. Direito e punição.

4.1. A pena e a questão da retributividade.

5. Direito e Justiça.

5.1. É possível um direito justo?

5.2. Direito injusto é direito?

5.3. Afinal de contas, o que é justiça?

TEORIA ECONÔMICA PARA JURISTAS.

1. Conceitos básicos: escassez, custo de oportunidade e escolha racional.

2. Mecanismos de mercado.

2.1. Demanda;

2.2. Oferta;

2.3. Equilíbrio;

2.4. Eficiência do equilíbrio.

3. Agregados econômicos.

3.1. A medida do produto;

3.2. Medidas do nível de preços.

4. Economia real no longo prazo.

4.1. Produção e crescimento.

4.2. Poupança, investimento e o sistema financeiro.

4.3. Taxa natural de desemprego.

5. Moeda e preços no longo prazo.

5.1. O sistema monetário.

5.2. Inflação: causas e custos.

6. Economia aberta.



Comissão de Graduação

- 6.1. Vantagens comparativas.
- 6.2. Teoria macroeconômica das economias abertas.
- 7. Flutuações econômicas no curto prazo.
 - 7.1. Demanda e oferta agregadas.
 - 7.2. A influência das políticas monetária e fiscal sobre a demanda agregada.

TEORIA GERAL DO ESTADO.

PARTE I.

- 1. Teoria do Estado: Noção, objeto, método.
- 2. Origem da Sociedade.
- 3. Finalidade social.
- 4. Ordem Social e Ordem Jurídica.
- 5. Poder Social.
- 6. As Sociedades Políticas.
- 7. Origem do Estado.
- 8. Evolução do Estado.
- 9. Soberania.
- 10. Território.
- 11. Povo.
- 12. O Poder do Estado.
- 13. Finalidades e Funções do Estado.
- 14. Conceito de Estado.
- 15. Personalidade Jurídica do Estado.
- 16. Estado e Direito.
- 17. Estado e Nação.
- 18. Atualização do Estado.

PARTE II.

- 1. Estado e Democracia.
- 2. Democracia direta e semidireta.
- 3. Democracia Representativa.
- 4. O Sufrágio.
- 5. Sistemas Eleitorais e Sistemas Partidários.
- 6. Representação Política.
- 7. Representação Profissional.



Comissão de Graduação

8. Representação Institucional.
9. Democracia e Formas de Governo.
10. O Estado Constitucional.
11. As Declarações de Direito.
12. Teoria da Divisão do Poder.
13. O Parlamentarismo.
14. O Presidencialismo.
15. Tendências do Estado Contemporâneo.
16. O Estado Federal.
17. O Estado na Ordem Internacional.
18. Intervenção do Estado na Sociedade.
19. Estado Socialista e Capitalismo de Estado.
20. O Estado e os Grupos Sociais.
21. Ideia Atual de Estado Democrático.
22. O Futuro do Estado.

TEORIA POLÍTICA.

PARTE I - POLÍTICA INTERNACIONAL.

1. Política e poder.
2. Política e poder no plano internacional.
3. Política, mercado e desenvolvimento.
4. Desafios da globalidade.
5. Ação coletiva e cooperação internacional.
6. Prova.

PARTE II - INSTITUIÇÕES POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS.

7. Regimes políticos no mundo contemporâneo - Democracias.
8. A Poliarquia de Dahl e os Modelos Contemporâneos de Democracia.
9. A democracia contemporânea: sistemas eleitorais.
10. A democracia contemporânea: partidos e sistemas partidários.
11. Regimes não democráticos e os limites da democracia.
12. A democracia contemporânea - Formas de governo e relações entre o poder executivo e o legislativo.
13. Prova.